



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 03/2013

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2013

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 05 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	08
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	24
- ENCERRAMENTO.....	24

ACTA N.º 03/2013

ABERTURA

Aos cinco dias do mês de Julho de dois mil e treze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano de Actividades do ano de 2013;
- 2.3** - ADC – Águas da Covilhã, EM – Alteração aos Estatutos;
- 2.4** - Isenção de Taxas Urbanísticas;
- 2.5** - Isenção da Cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo prevista no n.º 2, do art.º 17, da Tabela de Taxas Municipais, Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã até final do ano de 2014;
- 2.6** - Projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo;
- 2.7** - Reabilitação do Mercado Municipal da Covilhã – Reconhecimento de Interesse Público Municipal;
- 2.8** - Redução da Tarifa da Água – Cartão Social Municipal.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, José Manuel dos Santos Santarém, Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, João Manuel Pinto, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Paulo Jorge Fonseca Quelhas, Luís Filipe de Matos Pais, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dr. Romeu Miguel Serra Afonso e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), José Augusto Santarém Marcos (Teixoso), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Prof. Joaquim António Matias, António Manuel Fernandes Pinto, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Carlos do Carmo Martins (Conceição), Enf. António Mendes Paulo (Erada), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel) e Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo.** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENÇAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 50 votos a favor e 3 votos contra (PCP)**. Os Senhores Deputados do PCP justificaram o voto contra pelo facto de não constar, na Ordem de Trabalhos, o Período de Intervenção do Público. -----

EXPEDIENTE

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a convidar para “Audição Pública sobre o Mapa Judiciário e acesso dos Cidadãos à Justiça”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a intervenção do Senhor Deputado Bruno Dias no Debate sobre a “Privatização dos CTT e o encerramento de Estações de Correios”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o “Requerimento para audições na Comissão de Economia e Obras Públicas sobre privatização dos CTT e de encerramento de Estações de Correios”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter “Propostas relativas ao Orçamento Rectificativo em matéria de Poder Local”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter uma Proposta de alterações ao artigo 5.º, da Proposta de Lei n.º 119/XII;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a convidar para Audição Parlamentar “Em defesa do serviço público postal – contra os encerramentos de estações de correios e a privatização dos CTT”;
- Ofício da Junta de Freguesia do Ourondo a remeter a deliberação tomada em Assembleia de Freguesia “Contra a agregação das Freguesias de Ourondo e Casegas”;
- Ofício n.º 3112 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da “Moção - Mega Agrupamentos”.

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 04/2012 DE 27 DE JULHO, N.º 07/2012 DE 28 DE DEZEMBRO E N.º 02/2013 DE 24 DE MAIO

--- Submetidas as actas, previamente enviadas a todos os Membros convocados, à apreciação, foram de seguida postas à votação, tendo sido **aprovadas por unanimidade**.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro fez uma Declaração Política (**doc.01**). -----

--- O Senhor Fausto Baptista (S. Jorge da Beira) disse: “Apeteceu-me começar por dizer: acredito no Pedro Farromba! Acredito na candidatura independente!

Não sei se estou a ser devidamente correcto, mas neste momento acho que sim.

Caro Amigo e Deputado Hélio Fazendeiro fica-lhe muito mal, chamá-lo Deputado Independente CDS, fica-lhe muito mal, com todo o respeito de apoiar quem quiser.

Fica-lhe muito mal!

Mas não foi isso que aqui me trouxe.

O que aqui me trouxe era para responder a um Membro da Junta de Freguesia de Santa Maria que, na última Sessão da Assembleia, esteve presente. Eu intervim e disse e repito que pecava por tardia, no meu entender, a substituição da pessoa que titulava o Espaço das Idades como Adjunto do Senhor Presidente, tinha dois anos de atraso. Foi o que eu disse! Não me referi à Junta de Freguesia, não me referi a mais nada!

Essa pessoa estava na mesma Bancada que eu, com diferença de um lugar. Terei que o dizer: cobardemente, acobardou-se, não se pronunciou.

E, através do Jornal o Fórum escreveu o que entendeu (eu chamo a isto, os novos heróis políticos): chamando de abutres políticos a quem diz o que pensa e o que sente no sítio próprio, que é aqui esta casa.

E, eu digo que abutres são aqueles que esperam, que esperam, que a carne esteja morta para a atacar. É aqui, frontalmente, que a gente fala e discute, independentemente da razão da ideia. Tenho pena de não estar presente a pessoa, porque se calhar dir-lhe-ia mais. É muito bom e é muito bonito escrever. Também gosto de escrever, então cartas de amor, adoro.

Há um ditado popular que diz: deixa-os poisar, que eu logo tomo conta deles”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro pediu esclarecimentos e disse: “Senhor Presidente, eu tomei nota das suas observações em relação à minha intervenção, mas eu apenas quis nomear os candidatos à Câmara e referir as forças políticas, ou os apoios políticos que tem cada candidato. O Senhor Presidente quis-me dizer, com isso, que o candidato Pedro Farromba enjeita o apoio do CDS-PP, ou renega esse apoio? Acabei por não perceber.” -----

--- O Senhor Fausto Baptista (S. Jorge da Beira) “Oh Senhor Deputado, não se trata de apoio ou não. Trata-se de uma candidatura completamente independente, que aceita qualquer apoio de onde vier. Agora, no meu entender, não é sério usar o nome de uma sigla, quando ela não aparece em lado nenhum”. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa fez uma Declaração Política (**doc.02**). -----

--- A Senhora D. Isilda Barata fez uma Intervenção Política (**doc.03**). -----

--- O Senhor João Casteleira (Vales do Rio): “Vou fazer talvez, nesta Assembleia Municipal, a minha última intervenção, onde durante dezasseis anos estive 99,9% assíduo e fiz do meu melhor. Foram dezasseis anos repletos de muito esforço, muita dedicação e com trabalho efectuado na Junta que presido. O que mais me destroça, neste momento, é a Lei, as duas Leis que foram impostas e que foram aprovadas na Assembleia da República: a Limitação de Mandatos e a Lei da Agregação de Freguesias. A Limitação de Mandatos, porque não concordo e ninguém devia concordar com esta Lei, não sei como é que ela foi aprovada. É a aprovar Leis destas que o País não vai para a frente. É uma Lei aberrante. É uma Lei em que as pessoas ficam inibidas de concorrerem a um cargo que está na Constituição e é nisto que o legislador, os Deputados da Assembleia da República, certamente, não deveriam votar estas Leis.

A Agregação de Freguesias, a maior burrice deste Governo. As pessoas sentem-se defraudadas e cada vez mais a não querem políticos nestes sítios. Porque vêm mexer nas pessoas, sem querer. As pessoas que vão ser eleitas, certamente, vão fazer do melhor e vão dar do seu melhor, mas não terão, se há a agregação de duas Freguesias, a proximidade que se exige de estar próximo do Cidadão, como nós fazemos hoje, nós Presidentes de Junta. A agregação que está a ser feita é uma coisa monstruosa, que alguém quis criar ou que criou não sei para quê.

Há 16 anos, para cá, nós caminhamos numa família. Mais mal, mais bem, mais obra, menos obra, nós caminhamos numa família. Hoje está tudo destroçado. Por isso, eu queria agradecer, verdadeiramente, a toda a Câmara envolvida, funcionários, técnicos, Presidente da Câmara, Vereadores, em todo o sistema, em todos os quatro Mandatos. Porque, verdadeiramente, eles foram do melhor que eu já conheci.

De manhã, fiz uma intervenção na Reunião de Câmara, referi-me à família que era coesa e eu sou coeso com esta Câmara e serei sempre.

Dia 13 de Julho vai haver inaugurações em Vales do Rio, Candidaturas feitas no PRODER com a nossa participação de 25%. Uma, que devido às prioridades que havia, deixou-se para o fim. Falei ao Senhor Presidente, há uns 4 ou 5 meses, e ela está lá para ser inaugurada.

Vamos agradecer, com medalhas de mérito e de ouro, a pessoas e Entidades reconhecidas, a nível da Freguesia e do Concelho. Vamos dar um apoio à natalidade, que é bem precisa. Vamos fazer Protocolos com as Associações

Do compromisso eleitoral, que eu efectuei, não cumpri todas as promessas devido às dificuldades económicas.

Agradeço ao Senhor Presidente Carlos Pinto, pelas grandes realizações que fez em Vales do Rio e em todo o Concelho, que estão à vista”. -----

--- A Senhora Dra. Glória Ramos fez uma Declaração Política (**doc.04**). -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Tenho, ao longo deste Mandato, trocado opiniões com o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao tarifário, ao preço da água na Covilhã. Decidi trazer um estudo relativamente aos tarifários que nós estamos a aplicar. **(doc.05)**

Não queria deixar de, naquela que possivelmente será a última Assembleia, de tentar, de certa forma, clarificar aquilo que tem sido este debate, que eu tenho tido, com o Senhor Presidente. Nós temos, realmente, um tarifário extremamente caro. A nossa Empresa pode ser viável, mas ela é viável com o dinheiro dos contribuintes Covilhanenses, o nosso dinheiro.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “Já recebemos Informação Escrita mais exaustiva, mais concreta do que esta listagem, digamos, das deliberações que a Câmara Municipal teve neste período que mediou entre as duas Assembleias Municipais”.

Pedi esclarecimentos:

- Espaço das Idades – afinal de contas o que é que se passou? Tantas certezas que foram aqui dadas de que a Câmara iria regressar ao Espaço e, afinal de contas, houve o regresso das instalações à Junta de Freguesia de Santa Maria;

- Continuamos a ler na Comunicação Social as dificuldades existentes quanto ao pagamento à Associação Cultural da Beira Interior. Parece que, neste momento se discutem os juros que foram aplicados. Eu, penso que o importante, para a Câmara, é cumprir com os seus compromissos e cumpra, também, com o que os Tribunais decidiram. Porque o arrastar desta situação não é benéfica, nem é boa para a imagem da Câmara Municipal;

- As transições de uma Assistente Técnica da RUDE, para a Câmara e da Câmara, para a RUDE, durante 11 anos. Qual o montante dos encargos da Câmara, envolvidos neste tipo de apoio, àquela Associação de Desenvolvimento? E, porque razão, a Câmara Municipal, não fornece à Imprensa os comprovativos daquilo que afirma à Comunicação Social? Impõe-se o esclarecimento em nome da transparência, da verdade, do bom nome da Câmara Municipal e dos seus Eleitos.

- Qual é o montante das cauções, que o Município tem depositadas, em processos de expropriação e quais os processos?

- Limpeza bermas e taludes Estradas Municipais - na estrada Paul - Ourondo já não se visualizam os rails de protecção e o mesmo acontece em vários troços da estrada Paul - Fundão;

- Parque da Goldra – não existe conservação e manutenção, quer dos materiais aplicados, quer nas estruturas existentes”. -----

--- O Senhor Fernando Casteleira (Peso): “É com todo o gosto e com todo o prazer que venho aqui hoje, se calhar pela última vez, há 23 anos que estou nesta casa. Não é uma despedida, mas sim um desconforto.

A Junção das Freguesias Peso e Vales do Rio. Não posso deixar de manifestar a injustiça que estão a fazer connosco, duas Freguesias viradas para o desenvolvimento e para aquilo que tem sido desenvolvido no Concelho. Mas assim o quiseram, assim o têm.

Só espero que quem vem a seguir tenha paciência, colaboração e entendimento.

Estou aqui na Covilhã, desde as 8h30 da manhã, porque soou-me que havia uma moção de censura contra o nosso Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. Não podia deixar de estar presente e porquê? Já não sou Autarca há dois dias, sou Autarca há 20 anos Presidente de Junta, sei como encontrei o Concelho e sei como encontrei a minha Freguesia. Estou com três Mandatos do PSD, do Senhor Presidente Carlos Pinto, sei perfeitamente aquilo que tem feito e aquilo que tem estado a fazer. Quem é que não tira o chapéu a estes trabalhos que tem feito no Concelho? Quem é que não conhece a Covilhã há 20 anos? Quem é que não conhece o Concelho da Covilhã há 20 anos?

Conheço o Concelho melhor do que qualquer um que esteja aqui, pertenci a uma Empresa que fornecia todas as Freguesias do Concelho e nem só. Conheço tudo e tudo o que aqui se passava e, sem dúvida nenhuma nós temos que dar o braço a torcer custe aquilo que custar, o louvor ao Senhor Presidente da Câmara Carlos Pinto tem que ser dado.

A minha Freguesia não tinha ruas de acesso; não tinha iluminação pública; não tinha um Pavilhão; tinha um mau Posto Médico; tinha a Casa Paroquial a cair; tinha a Igreja a cair. Nós conseguimos fazer isso tudo e conseguimos a obra do século, que é a Ponte Carlos Pinto Peso Pesinho. Tenho que lhe dar todo o valor, Carlos Pinto! É que, de facto, me deu esse valor e me deu essa honra de fazermos essa obra. Está feita e lá está para que as pessoas vejam.

Aquilo que está a fazer no Concelho, aquilo que está a fazer nas Freguesias todas, sem dúvida nenhuma, não pode parar!

Queremos que o Concelho continue e espero que a equipa que venha a seguir venha com toda a força e com toda pujança. Espero que o Senhor Presidente não nos abandone neste barco. Venha quem vier e quem estiver, tem que nos aturar sobre o desenvolvimento do nosso Concelho que é isso que nós lutamos e é isso que nós temos.”

--- A Senhora D. Isilda Barata referiu, mais uma vez, a falta de um abrigo para passageiros na Garagem de S. João. TELEPERFORMANCE como é que está essa obra? E se a alternativa apresentada pelos Senhores Vereadores traria vantagens ou desvantagens. -----

--- A Senhora D. Catarina Mendes pediu esclarecimentos sobre os desenvolvimentos que houve no Espaço das Idades. Perguntou qual é o ponto da situação e quais são as consequências. -----

--- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra): “Eu não devo andar aqui no sítio certo. É mesmo o termo! É que eu quando me candidatei e recordo também que são seis Mandatos, os quais eu e a minha equipa ganhámos sempre por maioria absoluta, pensei que quando nós nos candidatamos que é para servir a População, uns porque servem de alma e coração, outros porque lhes pagam para servir e pagam-lhes bem e fazem obra. Sabem com qual dinheiro? Com o de todos nós.

É estranho, não consigo entender como é que nós podemos vir para aqui e tornar aqueles que não fazem mais do que a sua obrigação como que um Deus.

É que na Freguesia da Boidobra fez-se alguma obra, muita dela por iniciativa da Junta de Freguesia e em nenhum lugar existe o nome do Presidente Zé Pinto. Porque eu fiz sempre questão de que fosse assim, porque eu estou nas Autarquias para servir a População, não para me servir, não para me porem placas, não para me darem medalhas de ouro, porque tudo isso é dinheiro nosso.

Então nós queixamo-nos que não temos dinheiro e andamos a comprar medalhas de ouro para dar aos Cidadãos que não fazem mais do que a obrigação e que lhes pagam para esse efeito? Eu não ando nesta Assembleia há vinte e quatro anos, não posso andar.

Eu gostaria de chegar aqui, como chegou o colega de Vales do Rio, e dizer que vai ter inaugurações na Freguesia. Na Boidobra não! Promessas, promessas!

As estradas e as ruas estão um caos, como já aqui referiram, as bermas já se não vêm porque estão cheias de silvas, as Escolas na Boidobra e no Concelho estão a ruir, a limpeza é duvidosa, iluminam-se oliveiras, desliga-se a iluminação pública onde as pessoas passam, de forma a poderem passar com segurança e não a têm. Protecção Civil, não existe.

Senhor Presidente da Câmara, poderíamos dizer que é difícil encontrar na Boidobra uma obra da iniciativa exclusiva da Câmara Municipal, não gostaria do dizer aqui e muito menos neste momento, mas é verdade. Podemos dizer que se calhar há lá duas, mas ambas correspondem a necessidades do Concelho, que é a ETAR, que é para toda a zona que vocês conhecem da Grande Covilhã; Habitação Social, que foi para servir os problemas do Concelho, mas não existem lá todos os fogos concentrados naquele Local, porque a Junta de Freguesia da Boidobra questionou e, de certa maneira, se impôs para que tal não acontecesse. Porque se o problema está disperso, e é um problema grave que nós temos, no Tortosendo, no Teixoso, na Boidobra, na Covilhã, temos graves problemas, estariam todos concentrados. Portanto, as únicas obras que eu poderei dizer que têm iniciativa exclusiva da Câmara Municipal são estas duas. E, recordo que esta habitação social foi da pior coisa que se fez, aqui e em todo o País. Nós tivemos exemplos no Concelho, como é possível verificar, que esta habitação social nunca deveria ser feita.

Dou o caso da Beira Serra que, no projecto de luta contra a pobreza, recuperou sessenta habitações, na Freguesia de Cantar-Galo, e não houve o desenraizamento social que está a haver em todas as outras. Portanto, com dinheiros muitas vezes até em valor inferior àquilo que é uso, conseguiu-se fazer a recuperação, manter as pessoas e toda a parte urbanística foi recuperada.

Fizeram-se outras coisas na Boidobra e sabem o quê? Arrancaram-se as placas de limite de Freguesia, por mais de duas ou três vezes, fizeram-nas desaparecer. Quem foi?

A Câmara Municipal!

Desligaram-nos, duas ou três vezes, a iluminação pública do Parque de Lazer, o parque mais procurado no Concelho, mais utilizado pelas pessoas do Concelho.

Estou a falar de pessoas que estiveram na responsabilidade da Câmara, eles já cá não estão, mas hoje até são Candidatos à Câmara Municipal, que fizeram isto na Freguesia da Boidobra. Não sei se a mando de outros, mas eles tinham o Pelouro e fizeram-no.

E mais, ainda fizeram outra coisa, destruiu-se o Aeródromo.

Contrariamente àquilo que eu gostaria, continuo a dizer que não se fez: o Campo Ervado, prometido, no Bairro da Alâmpada; o Pavilhão, que se prometeu, na Boidobra; o Centro Educativo; a Variante à Boidobra; o acesso à Junta de Freguesia.

Ontem questioneei o Senhor Presidente sobre a recuperação do espaço da DIBEIRA. Disse-me, assim um pouco sem argumentos para tal, que não o conseguiu introduzir na Lei dos Compromissos, apesar já estar adjudicado.

Oh Senhor Presidente, compromissos tem o Senhor e eu para com os Eleitores da Boidobra. E são compromissos de há muito tempo. Por isso, não pode haver a questão dos compromissos.

Porque, quando há dualidade de critérios... como está a acontecer no Largo 5 de Outubro onde existia um espaço já urbanizado por esta Câmara, tinha o seu valor que para mim era suficiente, se destrói o que lá está para se colocar, agora, um Pelourinho que, ainda por cima, não respeita a História da Covilhã, porque não era naquele local. Isto é destruir dinheiro. Quando temos outros locais, do Concelho, a necessitarem desse mesmo dinheiro. A não ser, coincidência das coincidências, naquele local vai ser inaugurada a Sede de Campanha de um dos Candidatos que, por sinal, é o afilhado do Senhor Presidente.

Oh Senhor Presidente, com esse dinheiro, de certeza que resolveria o problema do espaço da DIBEIRA. Agradecia que mo dissesse. Obrigado. -----

--- O Senhor Pedro Leitão: “Chegou um e-mail ao Partido Socialista, sobre o estado do Jardim da Degoldra, onde vem retratado o estado de degradação do Jardim da Degoldra. Nós já o conhecíamos, já cá falámos nele.

Aquilo é atentatório ao bem público e ao gasto de dinheiro público. E, aquilo que eu pergunto, à Câmara, é: não se guarda a propriedade pública? Não se vai renovar, não se vai cuidar a propriedade pública? Não se apresentam responsabilidades à Construtora, que era obrigada a fazer obra em condições? Porque, há lá erros de construção evidentes. Não se responsabiliza a Construtora do gasto do dinheiro público?

E a exemplo disto, que acontece na Degoldra, é também de outras obras.

A Ponte Pedonal, nós já mandámos um requerimento, através do Presidente da Assembleia Municipal, e ainda não nos foi respondido. Portanto, nos próximos 15 dias pediremos uma justificação da situação ao IGAL, para que nos seja respondido, através do IGAL, a situação da Ponte Pedonal que não percebemos, nem nos é respondida pela Câmara.

Obras deste tipo de degradação, ou de não responsabilização dos Construtores, estão por todo o Concelho e quem paga é a Câmara.

O Carvalhense Futebol Clube, em Vila do Carvalho, tem uma obra que foi feita há 25 anos em que os postes de vedação, uma rede protectora para as bolas, que viram para espaço público privado, caíram. Esta vedação custa 9 mil euros a repô-la, a Instituição não tem dinheiro para isso e não se responsabiliza o Construtor para recolocação dessa rede? Não é o Construtor que tinha que salvaguardar a estabilidade dessa rede à intempérie? Não há futebol lá por causa disso.

Obra pública, nos dezasseis anos que o Senhor Presidente esteve na Câmara, custou um aumento da dívida diária de mais de 10 mil euros à Covilhã. Portanto, este valor gasto, em obra pública, tem que ser salvaguardado. A questão que coloco é se considera que esse tipo de gestão, de inaugurar obra e descuidá-la, é uma boa gestão Camarária?" -----

--- O Senhor João Casteleira (Vales do Rio): "Só queria interpolar o meu colega Zé Pinto. Ao referir-se às verbas que se gastam, que somos todos nós que pagamos, se você se referia às medalhas que a Junta de Freguesia vai atribuir, ao apoio à natalidade que nós vamos atribuir no dia 13? Se você se referia a isso, digo-lhe que quem gere o orçamento da Junta de Freguesia de Vales do Rio é a Junta de Freguesia. E vou-lhe dizer mais, então porque é que na rubrica do POCAL está as distinções honoríficas?" -----

--- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra): "É lógico que a rubrica o permite. Agora, isso tem a ver com boa gestão. Quando nós vivemos num período crítico vamos colocar uma placa, foi inaugurado pela pessoa A ou B? Eu só disse que isso não é política correcta, em relação às necessidades que as Populações têm." -----

--- A Senhora Dra. Rosália Rodrigues: "Após a condenação da Câmara do nosso Município, dirigida por si, ao pagamento de uma quantia de cerca 100 mil euros a uma prestigiada Associação Cultural, que tem levado o nome da Covilhã pelo País e pelo Mundo, a Associação Cultural da Beira Interior. Sabemos agora que, a Autarquia, interpôs um novo recurso ao processo, alegando que a Juíza do processo não indica na sentença a taxa de juro aplicada. Causando uma nova demora no pagamento e, segundo consta, foi a própria Autarquia a sugerir o valor ao Tribunal.

Senhor Presidente pode responder-nos se, no término do seu mandato, deseja que estas atitudes sejam lembradas pela População Covilhanense e que o seu mandato seja marcado por diversos imbróglios como este? E quero aqui salientar que a minha preocupação como Deputada Municipal é a preocupação de alguém que se incomoda com o tratamento que é dado a Instituições Culturais, de elevado prestígio para a Cidade, como a Associação Cultural da Beira Interior.

Outra questão, que eu tenho, é em relação aos valores fixos das taxas de saneamento da ADC para quem utiliza a água de furos, minas ou poços, que trouxe a esta Assembleia em Outubro de 2011 e que o Senhor Presidente disse que iam ser reajustados, não considera que as devidas taxas deviam ter um reajustamento? Dado que quem tem furos, minas ou poços até contribui, em muito, para evitar a falta de água tão anunciada e proclamada pelo Senhor Presidente? "-----

--- O Senhor Eng.^o Hélio Fazendeiro "A Lei 33/2013, o novo Regime das áreas Regionais de Turismo, prevê a criação de cinco Entidades Regionais de Turismo, a extinção do Polo de Turismo da Serra da Estrela, a integração deste Polo na Entidade Turismo do Centro e a criação desta Entidade Regional do Centro.

A questão que lhe coloco é qual é a estratégia, qual é o posicionamento do Município, em relação ao Turismo, ao posicionamento no Turismo do Centro, em relação à extinção do Polo de Turismo da Serra da Estrela e se a Câmara Municipal não entende que é uma mais valia puxarmos pela Serra da Estrela e pela marca Serra da Estrela?

Depois, ainda no âmbito do Turismo, uma questão em relação ao Posto de Informação Turística, que está ser construído na saída da Cidade, aquela madeira vai suportar o próximo Inverno?" -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu:

- Senhor Deputado Reis Silva, já não é a primeira vez que o Senhor vem fazer a chamada revista de imprensa. Publicam-se notícias nos jornais e pergunta-se qual é o comentário da Câmara sobre notícias dos Jornais e o que eu lhe queria dizer é que tem que procurar junto dos Jornais que lhe dêem as respostas. Eles é que devem esclarece-los, porque eles é que escrevem notícias que me são alheias e sobre as quais não tenho que vir aqui comentar mentiras, equívocos, manipulações próprias do período eleitoral em que nós estamos. O mesmo sobre a ACBI, do que se trata é de uma matéria que está em Tribunal e que, obviamente, há que chegar ao fim do processo para que depois o Município da Covilhã cumpra aquilo que o Tribunal decidir no final da sentença transitada em julgado, até lá não há qualquer comentário a fazer.

Quanto à matéria de limpeza de bermas nós vamos procurando fazer uma gestão que passou de um modelo que era sobretudo depositado nas Juntas de Freguesia e aqui para nós que ninguém nos ouve era uma oportunidade de transferir recursos quando as coisas estavam mais folgadas para as Juntas que aproveitavam para fazer às vezes outras obras a título de limpeza de bermas. Tudo foi alterado, a Câmara deixou também de ter menos trabalhos com as suas brigadas e em determinada altura julgou-se que essa afectação de pessoal da Câmara podia compensar aquilo que foi durante muitos anos boa solução, que era descentralizar completamente esse trabalho para as Juntas. Eu próprio nas minhas deambulações pelo Concelho tenho chamado a atenção dos Serviços para a necessidade de intervir aqui ou além e nessas alturas ou procuramos fazer rapidamente adjudicações de serviços com Empresas especializadas ou, nalguns casos, temo-lo feito com as próprias Juntas de Freguesia. Não me consta, entretanto, que haja qualquer estrada no nosso Concelho que esteja como a linha de caminho de ferro para a Guarda.

O Espaço das Idades não está aberto por culpa da Junta de Freguesia, porque no dia 3 esteve anunciada a sua abertura. Portanto, não está aberto porque a Junta de Freguesia não quer. Aliás, aquilo que foi reconhecido hoje na Câmara não há qualquer vínculo, há um erro judiciário que vai ser rectificado, assim o espero, dentro das próximas semanas, depois de analisada a contestação que nós vamos fazer entrar na próxima semana. E, aqueles que acusavam a Câmara de querer fechar o espaço das idades são aqueles que o estão a manter fechado. Porque, como todos sabem, nós anunciámos até uma programação com alguma festividade por mil euros, era quanto custava à Câmara a celebração da reabertura do Espaço das Idades. Portanto, quando se lembrarem do Espaço das Idades fechado, lembrem-se que a culpada é a Junta de Freguesia respectiva e de todos aqueles que alimentaram o ego à Junta de Freguesia com aquelas cenas tristes que ali se passaram.

A Senhora D. Isilda Barata veio aqui trazer, de novo, o assunto dos abrigos da garagem de S. João. Tanto o ainda Coordenador do Departamento de Obras Eng.º Leopoldo Santos, como também o Senhor Eng.º Jorge Vieira, que já assumiu as funções como Director, dizem-me que até esta data não houve ainda capacidade de resposta por parte dos Serviços para implantarem os abrigos necessários, pelo que sugeria que a Senhora Deputada Isilda Barata reunisse com o Senhor Eng.º Jorge Vieira para melhor esclarecimento e perspectivas para a resolução deste problema. Aproveito para saudar o

Senhor Eng.º Leopoldo que, com muita pena minha, brevemente será aposentado e para quem peço uma salva de palmas.

Trouxe aqui o problema da TELEPERFORMANCE – não tem, neste momento, já garantido que dentro de um prazo de 6 meses tem o espaço que necessita para expansão por culpa dos Vereadores da Oposição maioritária na Câmara. É verdade que, numa última conversa, me disseram: veja lá se consegue mitigar e tal um contrato que está assinado para a gente poder depois analisar. Isso vai ser feito numa próxima sessão da Câmara, espero que nessa altura o bom senso destes Senhores Vereadores prevaleça, porque estão em causa 300 empregos a ser criados pela TELEPERFORMANCE e pela ROFF, de modo que é isto que lhe posso dizer sobre esta matéria.

Eu tenho que confessar aqui que, com o Senhor Presidente da Junta da Boidobra, há uma coisa que é certo: é que ele nunca votou em mim, mas também é certo que se eu fosse habitante da Boidobra também nunca tinha votado nele, essas são matérias sobre as quais estamos completamente de acordo. Não gosto do estilo, ele também não gosta do meu, não gosto da substancia, ele também não gosta da minha. Sobre essa matéria estamos esclarecidos.

Jamais votaria no Senhor, sobretudo por coisas em que o Senhor é incoerente. Se há Partido e ideologia, neste Mundo, que celebra o individualismo é o Partido pelo qual concorreu.

O Senhor acha que é comparável, dez mil euros, que se gastaram no Pelourinho, com cerca de 70 mil euros que são precisos para a obra? Eu disse-lhe ainda ontem, porque não foi o Senhor que pagou a desmontagem da DIBEIRA foi a Câmara Municipal, que se não tivesse vontade de fazer aquela obra não tinha comprado a DIBEIRA, ao fim de um processo contencioso de meses ou de anos. Nós estamos neste momento, como o Senhor sabe, num processo em que só podemos adjudicar, num mês, aquilo que foram entradas líquidas no mês anterior. Eu posso pagar a obra de requalificação daquela estrada, adiantada, mas não posso cabimentá-la por causa dos compromissos e posso-lhe garantir que quero sair da Câmara com aquela obra feita e saio da Câmara dentro de três meses. Portanto o Senhor devia, sobre esta matéria, dar o benefício da dúvida até ao último dia e no dia seguinte, se eu não o fizer, me vir dizer: afinal de contas foi conversa fiada.

O Senhor aborda isto como se realmente não houvesse boa fé da nossa parte. É caos nas ruas, escolas em ruína, quais escolas? É a do Rodrigo? É a Escola Central? É de Vale Formoso? É a da Boidobra? Desculpe lá, Escolas em ruína? É no Barco, é na Coutada? Escolas em ruína, aonde?

O que fizemos na Boidobra... foi nada. O Senhor é que fez.

Realmente se não fosse a Junta... o Estrela do Zêzere tem lá a sede que tem por obra de quem? A ETAR foi uma obrázita que teve que se fazer para o Concelho, mas está na Boidobra. A Habitação Social, em que o Senhor se pode depois ufanar de ter crescido a População, foi para lá por divina obra do Espírito Santo e inspiração do Espírito Santo.

Eu se fosse Presidente de Junta de uma Freguesia não a trazia aqui a uma tribuna desvalorizando-a, que é o que o Senhor faz. O Senhor, no intuito de chamar a atenção e de criticar a Câmara, está a desvalorizar aquilo que representa. Não sei se já viu essa situação. Portanto, o que eu lhe posso dizer é que, realmente até ao último dia e o Senhor há-de me fazer essa justiça, tem o acolhimento para aquilo que são as necessidades da Freguesia, como todos. Sem qualquer espécie de relação com o que quer que seja de fundamento electivo.

O Senhor Deputado José Miguel Oliveira veio aqui trazer o problema da água, não veio aqui falar que teve notícia de que faltou a água, de que há População sem água. Também não veio aqui falar de que há zonas do Concelho onde não se pode circular porque os esgotos estão a Céu aberto. Também não veio aqui falar de que o lixo se acumula nas ruas e que os contentores não são esvaziados. Não veio falar nada disso.

Já estamos noutra fase, que não era a mesma de quando eu entrei na Câmara. É que sabe que aí só uma percentagem do Concelho é que tinha água potável; sabe que aí praticamente os resíduos líquidos não eram tratados; sabe que aí os resíduos sólidos não eram recolhidos.

E, sabe porque é que, por exemplo, os resíduos sólidos perturbam o preço da factura? Foi porque o Senhor teve um Secretário de Estado, do seu Partido, que mandou fazer o aterro ali do Souto Alto de tal maneira que nós pagamos, hoje, 48 euros por tonelada e em Castelo Branco pagam-se 28. Mandaram fazer o aterro do Souto Alto, onde nos obrigam ir a por o lixo, porque se fosse liberalizado a Câmara já tinha tido, nestes anos todos, quem construísse um aterro sanitário para pagar 10 euros ou doze euros, como alguns pagam no País. Agora é que são 48, mas até há um ano eram perto de 60. Então o Senhor queria que pagasse isto quem? Quem é que queria que pagasse estas asneiras? Portanto, quando vem aqui projectar números, faça a história desses números. Agora a Câmara não tem alternativa a pagar aquilo que lhe solicitam, 48 euros por tonelada, hoje, contra por exemplo 28 em Castelo Branco. Obviamente, no item de resíduos sólidos, em Castelo Branco, a factura tem que ser mais barata. Mas, quando o Senhor compara a questão dos resíduos líquidos tratamento, eu pergunto-lhe se o Senhor está a comparar a imputação na factura no nível de tratamento de resíduos líquidos? Porque se o Senhor tivesse uma Covilhã em que os resíduos líquidos, em que o saneamento, fosse para o Zêzere sem tratamento então não havia pagamento de tratamento, como é óbvio. O Senhor não tem um curso de saneamento que não seja tratado. Tivemos um investimento, de cerca de 14 milhões de euros, que tem que ser pago.

O Senhor fala ainda noutra matéria que é o custo da água, do custo final para o Cidadão. Sabe qual é o custo em termos de consumo diário? Qual é a diferença? Dito pela ERSAR e por um estudo que eu lhe prometi e está aqui. Quero, aliás, tranquilizá-lo a si e a todos porque a Câmara da Covilhã mandou fazer estudos, a uma Entidade Independente, sobre questões como a água, sobre questões como a situação financeira, que vamos entregar, na altura própria, a todos os Candidatos.

Mas, ainda, tivemos uma terceira Entidade que nos fez estudos e, este aqui, sobre o custo da água diz que para 4,8m³ de gasto médio, por família - no Fundão 0,48€ - 96 escudos/dia; em Castelo Branco 0,47€ - 94 escudos; na Guarda 0,45€ - 90; custo da água na Covilhã 0,50€, por dia. Sabe qual é, em relação ao estudo, outra matéria que já aqui falámos várias vezes, a incidência do preço da água relativamente à matéria comparativa com o salário médio mensal? 2,4!

Mas há aqui um outro dado, que o Senhor nunca aborda e já o convidei várias vezes para isso, tem a ver muito com uma certa concessão, que o Partido Socialista introduziu no Estado Português, relativamente à electricidade e ao gás, sabe?

É que no comparativo do encargo da água, electricidade e gás natural, sabe quanto é que representa no bolso das famílias na Covilhã, a electricidade? 7,5 do salário médio; o gás 7,4; a água 2,4. E, o parâmetro da água vai desde Aveiro com 2; Albergaria-a-Velha 2,1;

Guarda 1.6; Vila Real 2.4; Vila Nova de Famalicão 2.2; Torres Vedras 2.4; Povia do Varzim 2.3. Ou seja está dentro de parâmetros perfeitamente normais. Onde é que nós variamos com peso efectivo? No gás e na electricidade. Esses aí os Senhores passam por eles como se efectivamente não fossem as *commodities* que pesam na factura.

Se chegasse a três meses do final dos meus Mandatos e os Senhores me dissessem assim: Olhe além imagens da UBI a ser atravessada por águas não tratadas; olhe ali os estudantes de medicina a falarem de sanidade e a olharem para este espectáculo. Isso é que me envergonhava.

Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, não estivemos presentes, mas acompanhámos o desenrolar da Assembleia quanto aos Estatutos, porque nos foram submetidos e sobre os quais não vimos qualquer observação maioritária. O produto Serra da Estrela, ele próprio, está optimizado, não precisa de discursos. Ele próprio se impõe, por si próprio.

Agora, devo dizer-lhes que nunca os vi mostrar grande orgulho no trabalho que foi feito, até hoje, pela estrutura que foi extinta e com razão. Realmente, os Senhores, não entram por nenhum deslumbramento quanto ao trabalho da Comissão Regional de Turismo e eu acho que são parcimoniosos. Acho que têm, de facto, razão para não terem esse deslumbramento. Porque certamente foi feito o melhor, mas não foi feito grande coisa. Devemos o que foi feito, aos empreendedores, aos empresários, a um conjunto de entidades que realmente trabalhou.

Eu não gosto, Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, do tom jocoso de abordagem de matérias essenciais aqui seja trazido como o Senhor fez.

Olhe, eu faço até a justiça de dizer que o, não sei se ainda está em funções ou não, até recentemente Presidente da Comissão Regional de Turismo sempre me fez chegar a necessidade de um Posto de Turismo de entrada na Covilhã. Porque, realmente, o Posto de Turismo no Jardim foi sempre sentido como mal localizado para atendimento público.

O Posto de Turismo, que se está a fazer, tem aspectos criativos de exterior, são de um arquitecto livre a quem se encomendou o projecto e vai ficar muito bonito, a meu ver. O revestimento é de metal, não é de madeira e aquela posição na entrada da Cidade corresponde ao único espaço que estava livre e que não podia ser do lado direito. Portanto, aquilo está à saída de quem sai e está à entrada de quem entra.

Senhora Deputada Rosália Rodrigues, sobre o reajustamento das taxas, não lhe posso dar, neste momento, a informação mais actual, mas vou-me informar sobre a sua evolução e posteriormente dar-lha-ei.

Senhor Deputado Pedro Leitão, já lhe expliquei várias vezes, que a solução já está definida, quanto à Ponte Pedonal. Já accionámos a garantia bancária. Ainda não lançámos o concurso porque a obra custa 150 mil euros. A garantia bancária é de mais do que isso, quase o dobro. Mas no âmbito da Lei dos Compromissos, não houve ainda capacidade de podermos lançar essa obra, como não houve para aquela obra na Boidobra. É essa a razão porque não a lançámos, ainda.

Quanto ao Jardim da Goldra, aquilo a que o Senhor se refere é uma degradação de madeiras cuja experiência, realmente, construtiva não é muito grande no nosso País. Portanto, admito que alguns aspectos merecem correcção, mas o Jardim continua a ser frequentado, espero que agora, com o elevador, o seja ainda mais. E, os Serviços da Câmara estão atentos a essa matéria.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

- A abertura da exposição do Expresso, que está na Praça do Município, consagra uma das poucas Cidades, não capital de Distrito, que tem presente o passado de um meio de comunicação social, que marcou e marca ainda hoje, que marcou a segunda metade do Século passado. Esteve aqui o seu Fundador e foi um momento, a meu ver, de grande riqueza e de projecção do Município;

- A abertura do Countdown da PT é, também, muito importante e não pode ser desvalorizado. Um grupo destes que desloca o seu estado-maior à Covilhã para reiterar a importância deste projecto, sobretudo num momento em que tem agora uma maior incidência na gestão da sua Empresa participada no Brasil, é a garantia de que este investimento tem um potencial ainda maior do que aquele que nós tínhamos pensado no início. E, como não é todos os dias, sobretudo num momento de recessão Nacional, que se vêem acontecimentos destes, não estou disposto a deixá-lo passar sem este assinalar de congratulação e da forma como o Município foi capaz de estabelecer esta parceria de grande interesse para o futuro que, realmente, só quem está fora do Mundo é que não lhe pode dar esta projecção e esta valia.

- O Funicular de S. João de Malta e o Elevador da Goldra tiveram um processo longuíssimo de certificação Internacional, que obrigou a algumas alterações técnicas, está concluído. Espero poder marcar a abertura, do Funicular e do Elevador da Goldra, até final de Julho.

- Dia 12 vamos abrir a Feira de S. Tiago, que está enriquecida com uma Feira do Mundo Rural e de produtos da Serra da Estrela.

- Vamos inaugurar o Anfiteatro nos Vales do Rio.

- Pensávamos, ainda em Julho, inaugurar o Polidesportivo do Barco mas há um atraso nas obras, fá-lo-emos em Setembro.

- Dia 28 vamos inaugurar a nova Sede dos Pinhos Mansos no Tortosendo, que era uma velha e antiga aspiração daquele Clube.

- Concluímos o asfaltamento da Estrada da Ponte Pedrinha para o Ferro. Contamos ainda lançar as obras até Peraboa, em Agosto ou Setembro, temos o mesmo problema que temos com a Boidobra e que temos com a Ponte, mas estou seguro que, parte dos trabalhos do troço do Ferro até Peraboa, vão já avançar proximamente.

- Também contamos, ainda este mês, chegar à Ponte do Zêzere com o asfaltamento e depois lançar o troço da Ponte do Zêzere até à Barroca.

Queria aqui lamentar, como Presidente da Câmara e como Cidadão, o acidente que teve lugar. Lamento profundamente, porque teve a morte de uma pessoa que, obviamente, é uma riqueza seja em que circunstâncias for.

E, ao mesmo tempo, criticar aqueles que aproveitaram um acidente onde, naturalmente, não se procura, em nenhuma circunstância, projectar culpas para quem quer que seja. Porque acidentes dão-se em estradas com más condições como se dão em auto-estradas acabadas de inaugurar. A miséria de pensamento de algumas pessoas, com responsabilidades políticas, não deixou de imediatamente quererem colar esse acidente. A cegueira de ataque e de utilização política procurou, desde logo, dizer-se que foi por não estar arranjada a estrada que esse acidente se deu.

Eu lamento profundamente essa circunstância. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Senhor Presidente, tenho que lhe tirar o chapéu, realmente o Senhor consegue, com a sua capacidade de retórica, confundir aquilo que é óbvio.

Não vou pronunciar-me relativamente ao estudo que a Câmara encomendou enquanto não o ler e o estudar. O estudo que eu apresentei é de Entidades Reguladoras e de Entidades Portuguesas também, acredito eu, idóneas. E, esse estudo refere o Município da Covilhã, relativamente ao ano de 2011 em concreto, como o segundo Município mais caro do País. Estranho, o Senhor Presidente, ter falado nos resíduos sólidos urbanos, porque eu fui bastante honesto naquilo que apresentei, dizendo que a tarifa que estava a ser cobrada pelo Município da Covilhã estava em linha com outros Municípios aqui perto. O Senhor Presidente referiu a Guarda e a Guarda também deposita os seus resíduos no mesmo local onde o Município da Covilhã os deposita e, mesmo assim, consegue apresentar uma diferença de tarifário.

Relativamente ao parceiro e à questão de a futura Câmara Municipal ainda ter serviços próprios, o Senhor Presidente sabe, tão bem quanto eu, que o acordo parassocial que assinou dá ao parceiro privado, mesmo com 49% de participação, autonomia para mexer no tarifário, quando estiver em causa a viabilidade da Empresa. Isso está lá escrito, não vale a pena estarmos a escamotear.

Relativamente à questão da luz, do gás e da água, todos nós pagamos essas contas. Sabemos, como é óbvio, qual é que é o peso que elas têm. E, é verdade que a luz tem mais peso do que o gás e o gás tem mais peso do que a água. Agora, uma coisa é certa, para um Albicastrense ou para um Covilhanense o peso da água é diferente e na Covilhã conta, é pesada na factura mensal das nossas famílias e isso é que é, ao fim e ao cabo, a minha preocupação. Se quiser apresentar uma Moção, podemos apresentá-la os dois, contra a EDP e contra o gás eu também as assino”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: sobre este tema e ao fim destes anos todos há uma coisa que é verdade. É que nós os dois estamos de acordo que se pudessemos pagar 5 euros pela água, independentemente do consumo, isso seria o ideal. Já lhe expliquei porque é que não é possível. Agora os dados em que se baseia o seu estudo e o estudo da Ernst & Young, como deve compreender, é com a ERSAR e todas as outras Entidades públicas de referência.

O Senhor tem que comparar realidades iguais, em relação ao universo de consumidores. O Senhor, para manter 29 mil contadores operacionais, tem uma estrutura e um peso de estrutura completamente distinto de um Município com 10 mil, sem se compararem os aspectos de divergências entre realidades, não podemos falar apenas da tarifa.

Quanto ao contrato com o Parceiro Privado, eu peço meças... e eles reconhecem-no hoje, o contrato celebrado é altamente leonino para o Município da Covilhã. Olhe, a primeira coisa é que não há memória de um contrato ser celebrado, em relação ao qual depois do investimento que foi feito de mais de 20 milhões de euros, não tiraram nem um euro de dividendo; em segundo lugar ao fim de 10 anos o Município que estiver em funções pode pegar nos 20 milhões, com a respectiva taxa de juro do Banco de Portugal e dizer-lhes: façam favor, até amanhã. E voltar os 100% ao Município.

Em terceiro lugar as tarifas até 2013 constaram do contrato e daqui para a frente têm a actualização da inflação no nosso País, nem mais um cêntimo nem menos um cêntimo. Quando o Senhor fala que dá possibilidades... nenhuma.

Então os Senhores não têm maioria, como é que podem determinar tarifas?
É hoje prática reconhecida por quem comprou esta Empresa, onde é que estavam os negociadores que negociaram com a Câmara da Covilhã. Hoje é prática, dizem-no nas Assembleias Gerais, onde é que estavam?

Permitir-se, em primeiro lugar, que ao fim de 10 anos possa ser resolvido o contrato pelo mero pagamento do mesmo valor nominal acrescido, como é óbvio, da taxa de juro determinada pelo Banco de Portugal; 2.º o tarifário depende sempre da Câmara e da maioria do capital. Portanto, não me fale em questão de qualquer privilégio. Porque eu, realmente, se estivesse no lado de lá a primeira coisa que tinha feito era despedir o negociador que fez este contrato com a Câmara da Covilhã, tinha sido a minha primeira decisão. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Senhor Presidente coloquei-lhe duas questões de ordem pública, disse-me que é uma questão de Revista de Imprensa, não lhe dá importância. Penso que foi dada a oportunidade de neste Órgão, pelo menos, explicar as situações colocadas. O Senhor Presidente acha que é uma questão de Revista de Imprensa, mas nós consideramos que aquilo que é público e que não é desmentido e nem a Câmara acciona qualquer mecanismo para eventual acto de difamação eu penso que é de bom-tom, é razoável e é exigível, porque tem a ver com actividade da Câmara Municipal, e compete-nos a nós questionar o Executivo quanto às medidas e às decisões que desenvolve. Portanto, se o Senhor Presidente acha que não é necessário estar a esclarecer, se aquilo que circula na Imprensa, são coisas da Revista da Imprensa poderei concluir que afinal de contas algo de verdade essas notícias contêm”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: O Senhor Deputado Reis Silva não fez pergunta nenhuma específica sobre o que é que o preocupa da Revista de Imprensa, não fez pergunta nenhuma quer que eu faça comentários a um escrito. Vou-lhes dizer uma coisa, porque eu sou muito claro: eu considero que há Jornalistas, homens e mulheres e há cães rafeiros. Portanto, quando leio uma notícia quero saber se é de um Jornalista ou de um cão rafeiro. Se é de um cão rafeiro é evidentemente que não vou passar tempo. Não estou a dizer qual é a notícia, sobre a qual eu estou a pronunciar-me nestes termos. Porque todos sabemos que há notícias encomendadas, há notícias que decorrem de períodos como aquele que estamos a viver. Ninguém foi, em Lisboa, na redacção de um Jornal sem ter um insidioso ou uma insidiosa, provavelmente pode estar aqui, num raio de 500m do epicentro da Assembleia Municipal o que já atinge o exterior, a mandar para lá uns papéis relativos até à vida pessoal de cada qual.

Isto, para lhe dizer que o Senhor se quiser faça-me perguntas sobre as notícias: olhe lá, é verdade que a Câmara esteve a pagar? E eu respondo-lhe que não. É verdade que a Câmara fez um Protocolo com uma Entidade que lhe solicitou... é verdade que uma funcionária já estava numa Entidade vinda do Ministério de Educação? E eu respondo-lhe a essas coisas todas. Agora o Senhor quer-me por aqui a falar sobre notícias cuja identidade de autoria eu já lhe disse como é que classifico? E que daqui por um mês ninguém se lembra. O Senhor já teve no seu Partido tantos casos desses. E portanto o Senhor vem-me aqui fazer perguntas sobre essa matéria? -----

2.2 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2013

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Junho de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com as alíneas c), do n.º 2 e a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2727 de 2013.06.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão ao Orçamento e Plano de Actividades do ano de 2013**, foi a mesma **aprovada por maioria com 48 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 4 abstenções (PCP e Presidente da Junta de Freguesia de Boídobra)**. -----

2.3 - ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, EM – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2272 de 2013.05.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

2.4 - ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, através do ofício n.º 2815 de 2013.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Eng.º José Miguel Oliveira informou que irão votar a favor, mas referiu que estas medidas, apesar de serem positivas, pecam por tardias. Lamentou que a Câmara não tenha ido mais além, nos mecanismos que estão ao seu alcance, de forma a potenciar, verdadeiramente, a reabilitação urbana não só na Cidade, mas também nas Freguesias Rurais; Prof. Reis Silva referiu que concordam com a proposta. Já tinham defendido, aquando da isenção deste tipo de operações em Unhais da Serra, que se devia alargar às restantes Freguesias. No entanto, não entende porquê a partir de 01 de Maio de 2013 até 31 de Dezembro de 2016. O que é que levou a Câmara a introduzir este período temporal?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o elemento que preside à colocação de qualquer benefício fiscal, em termos de teoria geral, é de que não se dê como adquirido *sine die* um determinado benefício. Porque, isso supõe que não há necessidade das pessoas se mobilizarem para aproveitarem esse benefício.

Portanto, o que presidiu a esta ideia é de que, realmente, as pessoas possam ser acicatadas a olhar para este benefício, neste período, sem garantias de que ele exista para além disso. Não há benefícios fiscais eternos. Essa é a razão por que nós estabelecemos esse prazo. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenção de Taxas em operações urbanísticas de reconstrução com preservação de fachadas, alínea n) do artigo 2.º do RJUE, a partir de 1 de Maio de 2013 até 31 de Dezembro de 2016, em todas as Freguesias Rurais. Nas restantes Freguesias (Conceição, São Pedro, Santa Maria, São Martinho, Boidobra, Cantar-Galo, Canhoso, Tortosendo, Teixoso e Vila do Carvalho), apenas nos Centros Históricos e Zonas Urbanas de alta densidade (cf. Classificação de solo urbano definida no Plano de Urbanização da Grande Covilhã), foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

2.5 – ISENÇÃO DA COBRANÇA DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO PREVISTA NO N.º 2, DO ART.º 17, DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ ATÉ FINAL DO ANO DE 2014

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, através do ofício n.º 2817 de 2013.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse que irão votar favoravelmente, apenas lamentam o tempo que demorou; Senhor Prof. Reis Silva disse que vão aprovar a proposta esperando que depois das Eleições não se volte aos valores anteriores; Senhor João Pinto concorda com esta

proposta, até porque considera que esta Lei foi mal feita e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta medida foi tomada porque existem condições de sustentabilidade quanto à dispensa desta receita. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenção da Cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo prevista no n.º 2, do art.º 17, da Tabela de Taxas Municipais, Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã, “Tubagens de abastecimento público de gás – por metro linear e por ano ou fracção” até final do ano de 2014, acrescido da redução do valor da mesma para €4,45, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

2.6 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2726 de 2013.06.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Dr. Marco Gabriel (***doc.06***) e o Senhor Dr. Romeu Afonso (***doc.07***). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 41 votos a favor (PSD, PS e CDS), 4 votos contra (PCP e Presidente de Junta da Boidobra) e 7 abstenções (PS).*** -----

- Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. Marco Gabriel: “o PCP votou contra, porque não houve audição das partes interessadas e pelo facto do Regulamento estar incompleto, porque prevê modelos de formulários que depois não constam como anexos da Proposta que aqui vem à Assembleia Municipal. Portanto, o que acabou de ser aprovado é um Regulamento que refere anexos que depois não constam. É incompleto, mas cada um assumirá a sua responsabilidade, naturalmente”. -----

2.7 - REABILITAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DA COVILHÃ – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2816 de 2013.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Reabilitação do Mercado Municipal da Covilhã – Reconhecimento de Interesse Público Municipal**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.8 - REDUÇÃO DA TARIFA DA ÁGUA – CARTÃO SOCIAL MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de Junho de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2853 de 2013.06.25 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Eng.º José Miguel Oliveira disse que vão votar favoravelmente, mas considera que é uma proposta escassa, porque deixa de fora pessoas extremamente fragilizadas. Perguntou qual vai ser o impacto financeiro da aplicação desta Proposta; Senhor Prof. Reis Silva perguntou se não se estará perante um procedimento que deixa de fora os que mais necessitam. Atendendo a que há utentes do Cartão Social Municipal com rendimentos superiores ao ordenado mínimo nacional e clientes da ADC desempregados e outros que o que ganham não chega a esse montante. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta medida implica um custo de 100 mil euros/ano.

A Câmara, através das Conferências de S. Vicente de Paulo, da CARITAS e de outras Entidades, apoia agregados familiares que têm dificuldade em pagar a água, medicamentos, a renda de casa, etc. Os utentes do Cartão Social Municipal que usufruem desta medida são os que têm rendimentos mais baixos. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Redução da Tarifa da Água – Cartão Social Municipal**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,